

Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936¹

Raízes do Brasil and the historical essay in Brazil: from philosophical history to sociological synthesis, 1836-1936

Fernando Nicolazzi*

RESUMO

Este artigo propõe uma análise da história da historiografia brasileira entre a década de 1830 e a de 1930, situando o livro de Sérgio Buarque de Holanda *Raízes do Brasil* (1936) na tradição dos ensaios de interpretação histórica que caracterizou as primeiras décadas do período republicano. Sugere-se a hipótese, pautada nos estudos de Arnaldo Momigliano e Reinhart Koselleck, de que entre as condições de emergência dessa tradição estão as relações entre a erudição crítica, definidora do método histórico, e a intenção sintética, característica da filosofia da história moderna. Nesse sentido, a partir de fontes variadas, o estudo segue o movimento que conduziu as reflexões sobre a história no Brasil, da vizinhança com a filosofia até as formas de aproximação com as ciências sociais, acompanhando a passagem do modelo da história filosófica para o da síntese sociológica, no qual podem ser inseridos os ensaios históricos. Palavras-chave: História da historiografia brasileira; ensaio histórico; *Raízes do Brasil*.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the history of Brazilian historiography between the 1830s and the 1930s, placing Sérgio Buarque de Holanda's *Raízes do Brasil* (1936) in the essay tradition of historical interpretation that characterized the first decades of the Republic. I suggest the hypothesis, based on the studies of Arnaldo Momigliano and Reinhart Koselleck, that among the conditions of emergence of this tradition are the relations between the critical erudition, which defines the historical method, and the synthetic intention, characteristic of the modern philosophy of history. In this sense, from varied sources, the study follows the movement that led to reflections on history in Brazil from the neighborhood with the philosophy to the forms of approximation with the social sciences, tracing the passage from the model of philosophical history to that of the sociological synthesis, in which historical essays can be inserted.

Keywords: Brazilian history of historiography; historical essay; *Raízes do Brasil*.

* Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); bolsista CNPq. Porto Alegre, RS, Brasil. f.nicolazzi@hotmail.com

I.

Há 80 anos, *Raízes do Brasil* (Holanda, 1936) iniciava a coleção “Documentos brasileiros” que a editora José Olympio colocava à disposição do público leitor brasileiro, sob a auspiciosa direção de Gilberto Freyre. Tendo por intenção, como salientou seu diretor na apresentação da edição, disponibilizar ao leitor um conjunto de material inédito, a coleção ocupou um lugar central no mundo livresco e na cena editorial do Brasil na primeira metade do século XX. Dentre os gêneros assumidos por tal material, Freyre destacava o inventário e a biografia, o documento “em estado quase bruto” e a “interpretação sociológica em forma de ensaio”, salientando ainda que a característica marcante do empreendimento seria a objetividade. Sérgio Buarque oferecia ao público, segundo o sociólogo pernambucano, um trabalho de análise, interpretação e esclarecimento da realidade histórica brasileira, regrado pela boa objetividade e escrito na *forma do ensaio*. Este artigo esboça algumas considerações a respeito dessa “forma” assumida por *Raízes do Brasil*, considerando-a na dimensão ampla que passou a caracterizar a cultura histórica brasileira nas primeiras décadas do século XX.

A consideração que toma *Raízes do Brasil* como um dos exemplos da nossa tradição ensaística de interpretação histórica aparece hoje como uma construção de longa data. Na década de 1960, Antonio Candido, no texto “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, publicado em *Literatura e sociedade* (Candido, 2000), ressaltou ser um dos traços marcantes dessa geração sua tendência ao ensaio, a qual se manifestava por meio da análise, esquadrinhando e formulando sínteses e explicações sobre a realidade brasileira. Com a ficção, o “ensaio histórico-sociológico” seria para o crítico aquilo que havia de mais interessante e original no período. Carlos Guilherme Mota, em formulação menos afetuosa, feita em 1975, no livro *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)* (Mota, 1977), ao emitir um juízo crítico sobre a obra de Gilberto Freyre fez escorrer parte de suas reservas à própria tradição ensaística nacional, sugerindo ser ela não apenas “o terreno ideal”, mas “o discurso possível” para o ambiente intelectual das primeiras décadas do século XX. Maquiando os aspectos da dominação de classe, o gênero teria um dos seus pés ainda fincado no terreno das oligarquias regionais.

De modo distinto, no texto “Passado e futuro das interpretações do país”, publicado na revista *Tempo Social* (Botelho, 2010), André Botelho alertou para o caráter heterogêneo dos textos que são agrupados segundo a expressão “ensaísmo de interpretação do Brasil”, ressaltando que isso compromete qualquer

argumento que procure encerrá-los em características puramente homogêneas. O sociólogo destaca que uma suposta unidade conferida às obras tomadas como parte da tradição ensaística foi definida como construção *a posteriori*, feita nos embates intelectuais que marcaram o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil.

Minha proposta, por outro lado, é considerar o ensaio histórico no Brasil buscando as condições de possibilidade para a emergência dessa modalidade particular de interpretação dos aspectos formativos da sociedade brasileira. Procurando evitar o equívoco analítico destacado por Botelho, não é minha intenção pressupor, entre as obras normalmente catalogadas como ensaio, uma unidade formal ou uma semelhança no tocante ao seu conteúdo interpretativo. Todavia, para fins de análise, considero importante que uma precisão mínima do objeto analisado seja aqui apresentada. Nesse sentido, a sugestão é considerar o ensaio histórico no contexto da Primeira República de acordo com algumas características importantes que conformaram aquele *regime historiográfico*.

Em primeiro lugar, considero que a forma ensaística de interpretação do processo de formação da sociedade brasileira respondeu a uma situação de impasse, marcada por uma espécie de desorientação da experiência temporal. Certo descompasso entre o tempo histórico e o tempo social foi perceptível em diversas formas de manifestações intelectuais, entre as quais *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, ocupava uma posição de proeminência. Como se sabe, o jogo espacial entre litoral e sertão também assumia na obra uma clara feição temporal: a viagem ao interior do Brasil equivalia, para o escritor, a uma viagem de retorno ao passado. Assim, interpretar o passado assemelhava-se a uma tarefa de organização temporal, colocando ordem no tempo por meio da escrita da história. Em segundo lugar, e este será o foco assumido por este artigo, o ensaio histórico pode ser caracterizado pelo jogo entre *síntese* e *erudição*. De um lado, percebe-se sua dimensão sintética, por meio da qual o esforço de descrição da totalidade dos fatos dignos de memória cede espaço ao trabalho da síntese interpretativa. Em outras palavras, à narração dos fatos históricos das histórias gerais se sobrepõe a interpretação de um sentido formador; daí a ênfase constante na ideia de “formação” que definiu alguns traços da produção historiográfica brasileira na primeira metade do século XX. Talvez o “sentido da colonização” oferecido por Caio Prado Jr. em 1942 seja o exemplo mais evidente disso. De outro lado, correlato ao predomínio da síntese, nos ensaios é perceptível o deslocamento da erudição crítica justamente em proveito da interpretação sintetizadora. Manoel Bomfim chegou a afirmar, em *O Brasil na*

América (1929), que para se destacar a “feição geral” da história não era possível nem desejável perder-se “nos desvãos da erudição”. Oliveira Vianna foi um pouco mais incisivo em *Populações meridionais* (1920), ao recusar o “culto do documento escrito”, considerado por ele como um mero “fetichismo literalista”. Já Paulo Prado definiu seu *Retrato do Brasil* (1928) como um quadro impressionista onde as linhas fortes do desenho, para ele a cronologia e os fatos, aparecem dissolvidas em proveito das tonalidades gerais. Último exemplo: Caio Prado Jr. chamou *Evolução política do Brasil* (1933) de “simples ensaio”, ou seja, uma “síntese da evolução política do Brasil” e não “a sua história completa”.

Assim, para dar conta de oferecer uma resposta pertinente para os impasses da experiência de tempo que caracterizou parte da produção intelectual brasileira no ambiente letrado da Primeira República, o ensaísmo de interpretação histórica enfatizou notadamente os princípios da síntese interpretativa, cujas raízes históricas parecem remeter, no Brasil, à noção oitocentista de história filosófica, deslocando os elementos definidores da erudição histórica, constituídos com muito custo desde a geração fundadora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cerca de um século antes. O intuito deste artigo, portanto, é acompanhar com passos largos e forçosamente incompletos esse processo que segue desde a década de 1830 até o momento em que Sérgio Buarque publicou *Raízes do Brasil*.

II.

Antes de empreender tal tarefa, todavia, é necessário um breve interregno teórico. Ao escrever seu artigo “Gibbon’s contribution to historical method”, Arnaldo Momigliano (1954) ofereceu, há algumas décadas, uma perspectiva importante para o estudo da historiografia moderna. Seu ponto de partida foi a obra do historiador inglês Edward Gibbon, autor da monumental história sobre o declínio e queda do Império romano, publicada a partir de 1776 e finalizada 12 anos depois. Para o erudito italiano, o entendimento da obra de Gibbon e, em grande medida, da conformação da historiografia organizada em disciplina científica no século XIX, passa pelo estudo das relações entre antiquários e eruditos, de um lado, e filósofos-historiadores, de outro. Os primeiros ofereceram os princípios definidores do método crítico moderno, os postulados que delimitaram as formas pelas quais objetos e documentos poderiam ser transformados em fontes para os estudos sobre o passado. Porém, foram acusados pelos segundos de se aterem demasiadamente em minúcias

desimportantes, de oferecer simplesmente um aparato erudito enfadonho para mentes cuja intenção filosófica não incidia sobre detalhes factuais, mas preocupava-se acima de tudo com a síntese dos grandes movimentos históricos que caracterizavam a civilização e seus costumes.

O momento fundamental dessa disputa encontrou em Gibbon um ponto importante, para o qual interessava “misturar” o antiquário e o filósofo, a crítica erudita e a narrativa filosófica. Segundo Momigliano, Gibbon ofereceu ao historiador filosófico os “tesouros da erudição”, reconciliando os critérios metodológicos de uma com a elegância reflexiva de outra. O historiador inglês teria, portanto, criado no final do século XVIII uma espécie de justa medida entre Mabillon e Voltaire, ou seja, a conciliação entre erudição e filosofia. Ao fazer isso, abriu as portas que definiram os critérios discursivos e metodológicos característicos da historiografia oitocentista e do conceito moderno de história.

Reinhart Koselleck, ao estudar os contornos gerais da transformação social e linguística que culminou na definição moderna do conceito de história, chamou a atenção para o fato de a filosofia iluminista ter criado condições para que a história (*Historie*) se separasse dos campos da retórica, da filosofia moral, da teologia e da jurisprudência. Assim, dentro do mesmo processo em que se deu a emergência das filosofias da história na passagem do século XVIII para o XIX, o historiador alemão analisou o momento da reflexão estética em torno das relações entre história e literatura, compreendida pela tensão sobre o enfoque que se daria às *res factae* (a verdade factual da história) ou às *res fictae* (a construção poético-literária da narrativa). Nas suas palavras, publicadas em 1975 no texto do verbete *Geschichte, Historie* escrito para o dicionário de conceitos históricos fundamentais, se a *Historie* se valeu da “verdade mais geral” das construções poéticas, a própria poesia trouxe para seu terreno os requisitos realistas da escrita histórica. O resultado desse processo culminou com as filosofias da história do século XIX. Ou seja, a perspectiva filosófica projetada para a história ganhou sustentação a partir das formas pelas quais a “plausibilidade interna” do processo poderia ser poeticamente reconstruída, remontando à própria compreensão aristotélica do *mythos* como enredo tecido pelo narrador.

O que me parece importante destacar é que ambas as perspectivas oferecidas por Momigliano e Koselleck coadunam-se para delimitar, em linhas gerais, o campo disciplinar da historiografia tal como ele passa a se consolidar no século XIX: se a história filosófica, tensionada pela reflexão estética, ofereceu os elementos discursivos para a elaboração de uma narrativa do sentido

histórico, na qual estivesse contemplada a dimensão processual da experiência, a erudição crítica, motivada pelos desdobramentos da pesquisa antiquária, permitiu o estabelecimento dos critérios metodológicos e técnicos que assegurassem a legitimidade empírica daquela narrativa. Em outras palavras, a historiografia é pensada para aquele contexto como a relação entre erudição e filosofia, e é nesses termos que algumas obras pertinentes ao ambiente letrado brasileiro podem ser analisadas. Cabe ressaltar, porém, que por questões de espaço, a leitura aqui sugerida terá como enfoque apenas o problema de tentar compreender as condições de emergência de um regime historiográfico que encontrou no ensaio histórico uma modalidade privilegiada de representação do passado nacional.

III.

O ponto de partida é o ano de 1836, um século antes da publicação de *Raízes do Brasil*, quando Gonçalves de Magalhães lançou em Paris o seu *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, publicado no primeiro número da *Revista Nitheroy*. Seu início, quando o poeta procura definir o entendimento do que seja literatura, é bastante significativo para os propósitos aqui buscados: ali a literatura aparece simultaneamente como “desenvolvimento”, como dimensão “filosófica” do pensamento, “quadro animado” das virtudes de um povo e “reflexo progressivo” da sua inteligência. Encarada como representante do povo na posteridade, a literatura passa, sob a pena de Magalhães, por um trabalho cuidadoso de historicização. Os termos citados indicam o caráter de movimento concedido a ela.

De todo modo, ao colocar-se como objetivo pensar uma história da literatura, Magalhães partia de uma forma de compreensão que remetia à filosofia hegeliana, filtrada pelo aporte dado por Victor Cousin, referência importante dos românticos brasileiros. Nesse sentido, mais do que um catálogo de autores e obras, à semelhança dos parnasos e florilégios que foram publicados na primeira metade do século XIX, o poeta romântico colocava como o trabalho fundamental de uma história da literatura a procura da “ideia” representante de cada época, definida por ele como o “espírito” ou o “pensamento mais íntimo” manifesto em cada contexto, “a razão oculta de todos os fatos contemporâneos”. Para tanto, eram necessários “extensos conhecimentos” para a escrita de uma “história geral”, no sentido de não desviar a atenção da “ideia predominante”, que funcionaria como “guia” e “coordenação dos fatos” para toda história. Por tais razões, a compreensão de história oferecida pelo poeta

carregava um sentido bastante particular, já que historicizar a literatura não significava apenas realizar um catálogo de autores e obras, mas sim desenvolver uma história que se desenrolaria como um “drama”, com seus personagens, seu fato progressivo, suas razões, causas e fins.

Penso ser essa uma das formulações mais claras, no contexto brasileiro da primeira metade do século XIX, onde a junção, sugerida por Koselleck, entre o poético e o histórico se manifesta. A história, como um drama, depende, sobretudo, da definição de um “fato progressivo” que garanta a ela uma dimensão processual por meio da qual se articula um antes (uma causa) e um depois (um fim). Fazer história no entendimento de Magalhães é, portanto, algo mais que a coleção e organização de fatos: trata-se da tarefa tanto mais complexa de desvelar a razão que os encadeia em um todo de sentido. Tarefa filosófica, portanto.

Embora a expressão não esteja ali mencionada, considero o *Ensaio* de Gonçalves de Magalhães como um momento-chave para a conformação de uma ideia de *história filosófica* no Brasil oitocentista. Esse processo terá efeitos importantes 2 anos depois, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a publicação, em 1839, dos primeiros volumes da sua revista. O discurso proferido pelo cônego Januário da Cunha Barbosa no ato de fundação do Instituto é significativo para compreendermos o modelo de história proposto pela agremiação. Ao propor, como sua função, salvar da “indigna obscuridade” os fatos notáveis da história pátria, Barbosa definiu o IHGB como um centro organizador de material para a escrita futura de uma “história geral e filosófica do Brasil”. Essa modalidade de escrita difere, no entendimento do secretário perpétuo do Instituto, das “histórias particulares”, uma vez que tem “encadeado os seus acontecimentos com esclarecido critério, com dedução filosófica, e com a luz da pura verdade”. No entanto, o estabelecimento desse critério deduzido filosoficamente apenas teria validade se os fatos e materiais que lhe dão substância, organizados em uma galeria ordenada por tempo e lugar, tiverem passado pelo “crisol da crítica”. Assim, o historiador figurado no discurso de Januário da Cunha Barbosa é aquele historiador patriótico, capaz de “pintar” com as cores corretas o caráter vívido de nossa experiência histórica, e de depurar a “glória nacional” de “suas inexactidões”, escrevendo-a com a “atilada crítica” que define o trabalho do “verdadeiro historiador”.

Percebe-se que, no regime historiográfico do qual faz parte a fundação do IHGB, a escrita da história obedece aos critérios definidores da historiografia moderna, segundo a proposição de Momigliano: crítica erudita e história filosófica fundem-se para instituir uma história nacional, científica e patriótica. E

foi, paradoxalmente, um naturalista bávaro o escolhido para estabelecer os contornos dessa história a ser escrita no Brasil e por brasileiros, a ponto de ter sua dissertação premiada pelos sócios do Instituto, em concurso destinado a agraciar o autor que melhor expusesse os princípios norteadores da escrita da história do Brasil. Karl Friedrich Philipp von Martius sugeriu, no texto “Como se deve escrever a história do Brasil”, escrito em 1843 e republicado na revista do Instituto em 1865, que o critério dedutivo pelo qual nossa história deveria ser narrada é o da “lei particular das forças diagonais”, que significa considerar as “particularidades físicas e morais” das raças que constituem a nação brasileira, funcionando, então, como um “motor especial” para o processo histórico. Esse seria o critério para uma “historiografia-pragmática” ou, mais precisamente, para uma “historiografia filosófica do Brasil” (Martius, 2010).

A “formação” da população brasileira (termo utilizado por Martius) é inserida, então, nesse “quadro de uma vida orgânica”. A síntese do seu processo formativo deve ser pensada a partir do viés racial e étnico, mas também segundo uma compreensão organicista do âmbito da política. Tal qual um organismo, o corpo político do império tem suas partes funcionando organicamente, e é sobre esse ponto que o olhar do historiador deve se ater. Por isso, ele deve ser “autor Monárquico-Constitucional”, “unitário no mais puro sentido da palavra”. Mais do que isso, sua obra deve ser escrita “em um estilo popular, posto que nobre”, sem linguagem empolada ou excesso de erudição em uma “multidão de citações estéreis”. O trabalho do historiador é distinto daquele do cronista e não pode, da mesma forma, se resumir a “investigações históricas, secas e puramente eruditas”.

Em Martius, o peso da balança parece pender antes para a dimensão filosófica do que para os postulados eruditos da tarefa historiográfica. A erudição lhe aparece como algo pedante, excessivo, cuja função primordial é empolar o estilo e afetar a linguagem. De todo modo, a tensão constitutiva aqui procurada ainda permanece, e ela pretende responder às expectativas dos sócios do IHGB. No parecer que avaliou os dois trabalhos inscritos para o concurso, a comissão afirmou que o trabalho derrotado, de autoria do diplomata Henrique Julio de Wallenstein e evidentemente inspirado nas décadas de Tito Lívio e João de Barros, limitava-se a uma “distribuição de matérias”, distante de “uma história no gênero filosófico, como se deve exigir atualmente” (IHGB, 2010). O parecer não chega a fazer menção ao tema da erudição ou da crítica, indicando, quem sabe, o privilégio de um dos elementos em relação ao outro.

A expressão *história filosófica* é abundantemente mencionada pelo também sócio fundador do IHGB, Raimundo José da Cunha Matos, que dissertou

sobre o “sistema” para se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil (Matos, 2010). A abundância parece denotar uma difusão do termo e, neste caso, a projeção filosófica para a história assume as vezes de um sistema de épocas, por meio do qual a história imperial e a anterior (moderna e antiga) seriam escritas. Para Cunha Matos, a história só poderia ser elaborada por “filósofos”, desde que gozassem de responsável liberdade. Obviamente, o recorte estipulado pelo marechal é menos o de uma distinção disciplinar clara, que colocaria em campos distintos a história e a filosofia, do que uma espécie de adjetivação para o trabalho do historiador que, sem deixar de ser historiador versado no estudo dos documentos, deveria igualmente manter em sua prática um espírito filosófico caracterizado pela “liberdade de escrever” e pelo ponto de vista sistematizador.

No entanto, para Cunha Matos, essa “história geral e filosófica” do Brasil ainda deveria aguardar um tempo para ser plenamente realizada, dado o estágio dos conhecimentos em relação às histórias particulares das províncias, que ainda careciam de estudos mais sistemáticos e, sobretudo, passados pelo “escalpelo da boa crítica”. Essa tarefa erudita, por sua vez, envolvia diversas práticas como, por exemplo, a censura de autores estrangeiros, o exame detalhado dos materiais (diplomas, cartas, leis, monumentos, inscrições etc.), o recurso à “ciência da linguística” e ao saber arqueológico, a realização de explorações etnográficas. No caso dos registros oficiais da coroa portuguesa, o autor sugere atenção redobrada e austeridade crítica, observando detalhadamente as feições da letra, a cor da tinta, recorrer à paleografia e à cronologia. Diligente e sistematizador ou, para ficar na terminologia aqui assumida, erudito e filosófico: eis, portanto, o historiador vislumbrado por Cunha Matos e, de certa maneira, figurado no regime historiográfico oitocentista.

IV.

As discussões ensejadas a partir da década de 1830, iniciadas no âmbito da história literária e logo espalhadas pela historiografia produzida no IHGB, encontraram na obra principal de Francisco Adolfo de Varnhagen um ponto importante de desenvolvimento. Salvo engano, o autor faz uso do termo “história filosófica” em apenas um momento dos dois volumes de sua *História geral do Brasil* (considerando a primeira edição, respectivamente em 1854 e 1857), ao se referir às intenções dos letrados da Academia dos Renascidos de escrever uma história do Brasil no século XVIII. Fora isso, ele utiliza ainda a expressão “filosofia da história” ao mencionar o nome de Giambattista Vico.

Por sua vez, o termo “ensaio” é utilizado para denotar o caráter ainda incompleto da obra e, em certa medida, contribuir para a *captatio benevolentiae* almejada pelo historiador. De todo modo, a noção de “história geral” ali utilizada oferece alguns elementos significativos para a análise e, como veremos mais adiante, será o alvo privilegiado das críticas feitas pela geração seguinte, sobretudo por Capistrano de Abreu.

A história geral de Varnhagen obedece menos a um princípio de sistematização filosófica, por meio da qual o sentido profundo da formação histórica brasileira seria vislumbrado, do que a um decoro narrativo que deve se cumprir e, em certa medida, mimetizar a ordem cronológica dos fatos narrados. No início do primeiro tomo da obra, ao tratar do “descobrimento” das terras e da exploração da sua costa litorânea, o autor passa a discorrer sobre os escassos documentos que tratam do fato, mencionando a carta de Caminha e outra carta escrita por um Mestre João, castelhano. Nesse momento do texto, o tema do território e das gentes que nele habitavam surge como algo sobre o que escrever a fim de se conhecer o Brasil. Mas Varnhagen retarda a escrita, já que não lhe parecia ainda o momento mais adequado para isso e não havia chegado ainda a “ordem natural dos acontecimentos”. Ou seja, há um ordenamento prévio dado pela natureza que antecede e determina o andamento da escrita, definindo de antemão o ritmo e a organização da narrativa do historiador. Outro exemplo é ainda significativo. Varnhagen está encerrando o primeiro tomo de sua obra, as notas de margem indicam que estamos em meados do século XVII, no momento de criação do Conselho Ultramarino que passava a incentivar culturas variadas no Brasil, como a do gengibre, do anil, da cana e da mandioca, nenhuma delas, contudo, sendo concretizada, com a exceção do anil. Todavia, o autor não chega a se alongar sobre o assunto, ressaltando não querer modificar a “ordem cronológica” que seguia até então. A narrativa encontra-se, portanto, totalmente dependente da cronologia dos fatos, encarada como natural pelo historiador e determinando o próprio encadeamento narrativo dos fatos.

A isto que foi chamado de “decoro narrativo”, Varnhagen dá o nome, no *post editum* da obra, de “leis de unidade” às quais toda história geral deve ser subordinada. São elas que garantem não apenas a unidade lógica dos fatos, mas também a coerência narrativa da história. Isso impede que o livro fique refém daqueles temas sobre os quais há abundância de documentos, como se implicasse a obrigação de se demorar mais na sua escrita à maneira dos cronistas. Dessa forma, Varnhagen efetua um esforço de precisão acerca do gênero que escolheu para escrever, ou seja, uma história geral que, por conta dos requisitos

impostos para sua realização (o decoro e as leis de unidade), não se confunde com “atas das suas cidades e vilas”, tampouco com “os anais e fastos das suas províncias” ou mesmo com as “crônicas dos seus governantes” e as “vidas e biografias de seus cidadãos beneméritos”.

Já no prefácio do segundo tomo, publicado em 1857, Varnhagen define sua obra, realizada com a unidade de forma e os princípios professados pelo autor, como uma “resenha geral” ou o “primeiro enfeixe proporcionado dos fatos que, mais ou menos desenvolvidos, devem caber na História Geral, em lugares convenientes”. Além disso, ressalta que foram indicadas as “fontes mais puras e genuínas”. Assim, ficaram feitos os “dois serviços” fundamentais da escrita historiográfica: a ordem narrativa, com cada fato em lugar conveniente, e o apuro documental, amparado pela crítica das fontes utilizadas. Todavia, seria talvez um passo apressado sugerir que, para Varnhagen, esses dois “serviços” fossem o equivalente ao par *história filosófica e erudição*, aqui buscado. É certo que o autor almejava “harmonia” e “proporções arquitetônicas” em seu texto, mas sua narrativa, embora decorosa, não pareceu, aos olhos dos críticos, bem-sucedida no intento proposto. O próprio autor reconhecia que, no caso de insucesso em criar um “sistema” que articulasse filosofia, direito e história, estaria satisfeito se conseguisse ao menos convencer o leitor de ter sido sincero.

A plena realização do sistema, portanto, parece ter cedido espaço à justificativa da sinceridade. E se essa sinceridade não foi colocada em dúvida por aquele que se transformou no seu mais importante sucessor, as dúvidas foram todas voltadas à capacidade de sua história geral se constituir como sistema ou, dito nos termos propostos, de se fazer passar do geral ao filosófico. Capistrano de Abreu escreveu o necrológio de Varnhagen, publicado no *Jornal do Commercio*, entre os dias 16 e 20 de dezembro de 1878, afirmando ter sido ele um “grande exemplo a seguir e a venerar”, mesmo que com “muitos pontos vulneráveis”. Segundo o historiador cearense, Varnhagen foi, ao mesmo tempo, o esforçado historiador que, mergulhando em fontes ainda desconhecidas, “surgia exausto e ensanguentado”, com pérolas trazidas nas mãos, mas também o intérprete a quem faltava “espírito plástico e simpático”, já que sua prática historiográfica não se constituiu como “um todo solidário e coerente”. A justificativa dada por Capistrano indica uma mudança significativa no percurso até aqui traçado. Para ele, Varnhagen podia ser um exímio historiador no que se refere à sua perícia crítica, escavando documentos e definindo sua autenticidade, mas sua habilidade compreensiva era colocada em dúvida, já que se mostrava incapaz de vislumbrar, por detrás dos fatos, a teoria que os

encadeava. Para Capistrano, era realmente algo a lamentar o fato de Varnhagen ter ignorado ou mesmo desdenhado o corpo teórico oferecido aos de sua geração sob o nome de “sociologia”. Seria esse “facho luminoso” o que permitiria enxergar com um olhar mais apurado os modos de elaboração da vida social, estabelecer-lhe as relações de causalidade e efeito entre os fatos sucessivos do processo histórico.

Assim, enquanto Varnhagen colocava os termos da sua história geral no plano de um sistema que satisfizesse os requisitos da filosofia, do direito e da própria história, escrevendo a partir de uma matriz que, *grosso modo*, era aquela da história filosófica constituída desde o século XVIII, Capistrano, ao propor uma ciência adequada ao século de Comte e Spencer, por meio da qual a história se libertaria do “empirismo crasso” que a definia, alterava a matriz segundo a qual o conhecimento histórico deveria ser produzido, privilegiando as possibilidades sintéticas que o novo saber sociológico disponibilizava. A superfície dos fatos constatáveis, que Varnhagen não soube ou não conseguiu atravessar, era colocada em segundo plano, quando o sentido mais profundo do processo era buscado. A singularidade desse momento, contudo, reside no fato de que não é mais o olhar filosófico que vai guiar o estudioso do passado nacional, mas sim o campo vasto das emergentes ciências sociais.

V.

Ao analisar as “conjunções e distensões” ocorridas entre história e etnografia nas décadas finais do século XIX, é possível salientar o contexto de ruptura com a historiografia romântica que marcou aquele período. Os autores que procuraram romper com o modelo de escrita historiográfica, assumido pela geração romântica, tinham por intenção vislumbrar um “passado profundo” para a pátria, de modo a se distanciar da abordagem factual e das limitações impostas pela erudição antiquária. Esse processo sinaliza o trajeto, nem sempre linear ou desprovido de desvios, que permite aqui se falar de uma passagem da história filosófica para a síntese sociológica, a qual definirá as condições propícias para que uma escrita ensaística ocupasse lugar importante nas primeiras décadas do século XX. Silvio Romero é um personagem central nesse processo.

A tese escrita por Romero, em 1879, para ingresso no Colégio Imperial Pedro II, na condição de professor de filosofia, indica os novos parâmetros projetados para o estudo da história. Intitulado *Da interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos* (Romero, 2015), o texto sinaliza as tensões

terminológicas daquele contexto, uma vez que a perspectiva filosófica ainda era vislumbrada, mas agora percebida segundo outras matrizes teóricas, evidenciadas pelo uso do termo “evolução”, até então ausente dos demais autores até aqui tratados. Dessa maneira, colocavam-se em discussão os requisitos segundo os quais seria possível definir uma “ciência da história”. O princípio científico defendido por Romero pretendia fazer a história passar da “simples narração cronológica” para o estudo detalhado das “leis” físicas e humanas que regem o processo histórico. Sua argumentação se debruça sobre as tensões entre “determinismo naturalístico” e o arbítrio individual, buscando estabelecer os critérios viáveis para se pensar a combinação entre forças da natureza e experiência humana. A dimensão filosófica da história reside justamente neste ponto, ao tratar do campo de ações e reações no qual leis físicas e arbítrio atuavam.

A *História da literatura brasileira*, publicada por Romero em 1888, oferece também alguns pontos que permitem vislumbrar as tensões epistemológicas que caracterizam a escrita da história no final do século XIX. O crítico sergipano abre o primeiro volume de sua obra com uma introdução cujo teor combativo e polemista fica evidenciado desde as primeiras linhas. Romero oferece aos leitores suas considerações pessoais a respeito dos turbulentos anos que marcaram a crise do império, um momento que lhe parecia como “gravíssimo”, divulgando com o ímpeto que lhe era particular suas posições políticas, mas, como ele próprio afirma, procurando encaminhar “cientificamente o debate”. Sua posição crítica é assentada, entre outros pilares, no que o próprio autor definiu como “criticismo naturalista anglo-germânico”, por meio do qual desenvolverá suas análises sobre os fatores da literatura brasileira e seu posicionamento diante das teorias da história do Brasil.

O autor define a sua história literária como a história da formação de um tipo humano novo, constituído pela conjunção de cinco fatores preponderantes: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. Dessa maneira, sua proposta vai muito além dos costumeiros catálogos de autores e obras, procurando vislumbrar um plano ainda mais amplo e profundo do movimento das letras no Brasil. O campo literário deveria ser visto em consonância com os âmbitos da política, da economia e da sociedade de modo geral. No seu entendimento, todo conhecimento que não alcança um grau de generalidade torna-se improcedente e pouco fértil. Com isso, a “história pinturesca” deveria necessariamente conduzir os intérpretes para o que ele definiu como “história filosófica e naturalista”. Romero, como se percebe, acresce um elemento importante à história filosófica romântica, ao salientar seu interesse em

escrever um trabalho “naturalista” sobre a literatura nacional, modificando com isso a própria matriz de representação a partir da qual essa história seria elaborada.

Se Magalhães, cerca de meio século antes, sinalizava uma busca pelo “desenvolvimento”, pelo “quadro animado” e pelo “reflexo progressivo” da literatura, Romero indica um interesse em encontrar as “leis” que atuavam na formação do gênio brasileiro. No caso, tratava-se da chamada “lei da concorrência vital”, por meio da qual o processo de adaptação das ideias europeias nos trópicos se dava através de um jogo entre adaptação e hereditariedade, constituindo assim uma espécie de seleção natural da literatura. Ao tratar de “leis”, Romero estabelece uma diferença que não é apenas terminológica, mas diz respeito também ao próprio quadro de referência com que tais letrados operam. No caso, esse quadro é estabelecido pela conjunção do positivismo na filosofia, do naturalismo em literatura, ambos de origem francesa, da crítica literária de corte alemão, além do darwinismo, que passava a se tornar central em diversos campos de saber.

Como se percebe, a perspectiva naturalista e a busca de leis históricas se tornam peças fundamentais na definição dos protocolos de escrita da história na virada do século XIX para o XX. A história, pensada então como ciência mais próxima das ciências naturais e sociais do que da filosofia, passa a ser regida segundo outros princípios de verdade que definem seu regime de saber. Obviamente, esse caminho não foi linear e tal situação se deu a partir de alguns impasses teóricos, como se vislumbra, por exemplo, nas *Reflexões sobre o conceito da história* (1908), de Pedro Lessa (Lessa, 2015), e n’*A concepção moderna da história* (1905), escrita por José Francisco da Rocha Pombo (Rocha Pombo, 2015).

O texto de Lessa havia já sido publicado sob título indagativo, *É a história uma ciência?*, em 1900, como introdução à tradução da *História da civilização na Inglaterra* de Henry Thomas Buckle. A intenção primordial do jurista mineiro, a partir de um longo retrospecto sobre a história da historiografia ocidental, era averiguar em que medida e sob quais condições o saber histórico poderia se constituir e ser definido como uma ciência ou, segundo expressão utilizada ao longo do ensaio, enquanto uma “filosofia da história”. Assim, para Lessa certa confusão entre “ciência da história” e “filosofia da história” permanece em suas considerações, envolvendo tanto os aspectos da crítica erudita quanto aqueles elementos que possibilitariam a visada em conjunto da experiência humana. Sua compreensão sobre a dimensão filosófica da história residia, portanto, na capacidade do historiador em definir “leis gerais da história”,

tarefa que para ele não havia ainda sido realizada por ninguém, nem mesmo pelo historiador inglês a quem o texto é dedicado, cuja filosofia, ocupada em pensar as relações entre determinismo natural e arbítrio humano, não encontrava amparo nos fatos concretos.

Com isso, Lessa parece conceder à história um papel secundário naquele contexto intelectual, pois, enquanto ciência incompleta, caberia a ela oferecer subsídios para outras ciências sociais: se a tarefa da história se resumia a coligir e classificar os fatos selecionados, as induções explicativas caberiam às diferentes ciências sociais. Em outro momento, sua postura é ainda mais incisiva, quando afirma categoricamente que a filosofia da história foi praticamente substituída pela sociologia. O resultado final é que aquela aparente confusão entre filosofia da história e ciência da história acaba por ser equacionada pela valorização desta em detrimento daquela: a primeira se resumiria a afirmações de caráter subjetivista, sem base científica válida; a segunda equivaleria a verdades gerais, mas que são pertencentes ao domínio da sociologia e das ciências sociais sem, no entanto, constituir leis propriamente ditas.

Essa postura pessimista de Lessa é contraposta às considerações feitas por Rocha Pombo, publicadas como prefácio a sua *História do Brasil, ilustrada*, de 1905, aparentemente elaboradas como uma resposta direta à posição do jurista. Para o historiador, a história pode sim se constituir como ciência graças aos desenvolvimentos intelectuais que atravessavam, naquela virada de século, os diferentes campos de saber, desde as ciências naturais até as sociais, sendo, portanto, passíveis de serem encontradas as leis fundamentais da história. Nesse sentido, se a confiança depositada na capacidade explicativa da história, apoiada no mesmo Buckle criticado por Lessa, faz Rocha Pombo aproximá-la de ciências como a mecânica ou a física, o autor estabelece igualmente um princípio teórico que define o caráter sintético da ciência histórica: ou seja, sua capacidade de fornecer grandes sínteses que contornassem o caráter muitas vezes incidental dos acontecimentos isolados. A atenção à síntese, com isso, permitiria que a história se tornasse algo mais que a descrição ou simples registro dos fatos sociais, tornando o trabalho do historiador não uma mera constatação, mas sim algo capaz de “apanhar o sentido” que se evidencia através da ação social.

É possível notar, portanto, as tensões e embates presentes à definição da história na virada do século XIX para o XX, momento em que são transformados não apenas os elementos epistemológicos do conceito de história, mas também todo o vocabulário que procura dar conta das novas demandas e expectativas projetadas para a historiografia no Brasil. A dimensão filosófica

buscada desde a década de 1830 cede cada vez mais espaço para uma perspectiva que procura sintetizar o processo histórico, segundo o aporte teórico fornecido pelas ciências sociais. O privilégio dado a estas é de tal forma evidente que os próprios membros do IHGB parecem querer abdicar do lugar de destaque concedido à história desde 1838 em proveito dos novos campos de saber. O português Antônio Zeferino Cândido da Piedade, bacharel em filosofia pela Universidade de Coimbra e ingressado no IHGB em 1899, por exemplo, considerava a história como saber subsidiário à sociologia, fornecendo-lhe monografias onde os fatos deveriam ser devidamente organizados. O médico Luís Antônio Ferreira Gualberto, que foi também vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, mantendo o vocabulário do século XIX, considerava em 1908 que as generalizações sobre o processo histórico caberiam exclusivamente aos filósofos, resumindo a função dos historiadores como simples “registradores” dos fatos. O próprio presidente do IHGB, Olegário Herculano de Aquino e Castro, em discurso na sessão aniversária em 15 de dezembro de 1896, chegou a definir sem meias palavras que os sócios ali reunidos não aspiravam à “glória de historiadores”, cabendo-lhes tão somente a atividade de preparo dos materiais que deveriam ser corrigidos e retificados; a explicação dos processos, no entanto, não seria sua competência.

Ou seja, se o tom de modéstia ao recusar a posição de historiador tinha tão somente um efeito retórico para a ocasião, o que me parece significativo é o trabalho atribuído aos sócios daquela agremiação, como eruditos capazes de corrigir e preparar as matérias documentais. O crisol da crítica erudita desejado desde seus momentos iniciais ainda aparecia como elemento central para a prática historiográfica daqueles indivíduos agremiados no IHGB. Todavia, tal posição não era consensual, indicando novamente as tensões e as disputas em jogo. No mesmo ano de elaboração do prefácio de Rocha Pombo, Manoel Peregrino da Silva defendia não competir ao Instituto tão somente armazenar e publicar documentos, tendo ele igualmente por missão, de acordo com a “concepção moderna de história”, extrair deles uma “síntese histórica”, encaixando com propriedade os fatos humanos.

A figuração do trabalho historiográfico no regime historiográfico que se constituía nos primórdios do contexto republicano no Brasil, portanto, ainda mantinha como constitutiva a tensão entre a erudição crítica e a síntese narrativa, a qual passava gradualmente das referências filosóficas para matrizes relacionadas às ciências sociais, deslocando, também, o papel definido para as práticas eruditas. Essa tensão fica ainda perceptível em um último exemplo: o texto homônimo ao de von Martius, publicado entre abril e agosto de 1910

pelo professor e militante anarquista José Oiticica, figura marginal na história da historiografia republicana. Com seu *Como se deve escrever a história do Brasil*, Oiticica oferece um programa temático e delinea formas de abordagem para a história nacional a partir de uma crítica direta ao seu predecessor bávaro, alegando nele falta de sistematização em um “plano geral de filosofia histórica”. Além dessa lacuna, Oiticica critica igualmente a atenção exagerada dos historiadores às minúcias e aos detalhes, questionando os “eruditos de polpa” que desperdiçam grandes esforços verificando datas sem valor ou episódios desprovidos de interesse histórico.

Em seu “sistema da história” apreende os fenômenos humanos como partes integrantes das ciências sociais, considerando-os segundo a ideia de uma “dinâmica social” que se movimenta a partir da “energia vital” dos indivíduos. A isso o autor chama de “força humana”, sugerindo ainda ser a história um elemento central da ciência social voltado para a apreensão das “leis de evolução da força humana”. De modo bastante esquemático, pode-se definir a noção de processo histórico em Oiticica como a relação das formas pelas quais os seres humanos, com o intuito de obter meios de satisfação das suas próprias necessidades concretas (materiais e espirituais), vale-se das forças sociais no sentido de resolver certos “problemas”, entendidos pelo autor como forças oponentes. A relação dos homens e mulheres com o meio físico é um exemplo desse modo de atuação. Assim, o estudo desse processo deve ser feito de forma bastante cuidadosa, conciliando síntese e erudição, pois esta se constitui com o esforço miúdo de crítica documental, enquanto aquela permite que o todo do processo seja observado em um “golpe de vista geral e exato”.

VI.

Nas primeiras décadas do século XX, portanto, é perceptível o momento singular que se abre para a historiografia brasileira, contexto em que se misturavam ainda referências da filosofia da história com o organicismo das ciências sociais, e em que erudição e síntese mantinham a tensão constitutiva que Momigliano constatou para a escrita da história, desde o final do século XVIII. Não obstante, creio ser possível sugerir que os contornos desse movimento fazem a compreensão em jogo passar da referência à história filosófica para o aporte oferecido pela síntese sociológica como elemento fundamental do regime historiográfico que se constitui naquele momento, criando parte das condições propícias para a emergência dos ensaios de interpretação histórica que se consolidam na década de 1930.

O discurso de posse de Oliveira Vianna no IHGB, proferido em outubro de 1924, me parece significativo desse movimento. Separando a prática dos velhos e novos historiadores, Vianna salienta que a crítica histórica se mostrava então insuficiente para dar conta da complexidade dos fenômenos humanos, fazendo necessário e colocando em primeiro plano o trabalho da *síntese histórica*, inspirada claramente nas posições oferecidas pelo historiador francês Henri Berr, fundador da *Revue de Synthèse Historique*, em 1900, e autor de diversos ensaios sobre a síntese na história e sua relação com as demais ciências sociais. Considerando que a prática do historiador, na busca pelas leis que conformam a evolução humana, deve ser precedido pelo trabalho dos sociólogos, Vianna ressalta que essa colaboração com os diferentes ramos das ciências sociais era fundamental aos historiadores. A razão, segundo ele, residia no fato de que os materiais encontrados nos arquivos são insuficientes por eles mesmos, não revelando o “o sentido íntimo e substancial da realidade” (Vianna, 2015).

A síntese desejada pelo autor de *Populações meridionais* equivalia tanto ao tipo de abordagem necessário, definido como indução conjectural disciplinada, quanto à conjunção epistemológica de diferentes campos de saber, sejam eles ligados às ciências naturais ou às ciências sociais. Menos filosófica que pragmática, a história deveria então evitar o que o próprio autor já havia definido como fetichismo literalista do documento escrito. A síntese implicava um olhar de conjunto, voltado para os dados não aparentes do processo histórico, e que, dessa maneira, demandavam menos o fardo da erudição do que o esforço concentrado de interpretação. Os ensaios históricos, nesse sentido, vieram ao encontro dessas expectativas, e aqui podemos retornar, para finalizar, ao autor que serviu de ensejo a estas reflexões.

As feições assumidas pelo ensaio de Sérgio Buarque de Holanda possuem uma imensa fortuna crítica que não seria possível, nem é meu intento, aqui retomar. “Antes de tudo escritor” com evidente “vocação ensaísta”, segundo Alexandre Eulalio, Sérgio Buarque mantinha com as palavras uma relação de “aventura da linguagem” (Eulalio, 2006), que, para Pedro Meira Monteiro, muito lembrava as cores do ensaísmo humanista de Montaigne. Para Monteiro, menos que o trabalho paciente do erudito sobre suas fontes, o autor de *Raízes do Brasil* trabalhava como que “conversando” com os documentos, em uma atividade mais amena que fastidiosa (Monteiro, 1999). É certo também que a relação, não tão pacífica quanto tensa, com o modernismo literário ofereceu ao autor paulista elementos fundamentais para a definição do seu estilo,

chegando, até mesmo, a experimentalismos de escrita surrealista com seu amigo Prudente de Moraes Neto.

A forma pela qual o livro foi escrito remete ainda, na interpretação do ensaio feita por Robert Wegner, a um jogo de olhares, onde o abrir e o fechar dos olhos indicam uma forma de escrita que concilia de forma alternada uma “descrição de eventos particulares” com “generalizações interpretativas”. Wegner traz ainda outro elemento importante sobre o ensaísmo da década de 1930, afirmando que um dos seus traços constitutivos de interpretação da realidade reside não no acúmulo de dados objetivos, mas sim naquilo que remete à subjetividade do autor (Wegner, 2006). Lendo o ensaio de Sérgio Buarque com a luz dada por Georg Lukács em seu texto sobre o gênero, considera que, abrindo e fechando os olhos, o leitor oscila entre uma síntese conceitual e a descrição detalhada dos fatos. Valendo-me dos termos aqui propostos, eu diria que essa dialética em *Raízes do Brasil* equivale à relação entre síntese sociológica e erudição crítica, com a balança pendendo claramente para a primeira.

Isso não quer dizer, obviamente, que a tarefa do ensaísta prescindiu do trabalho atento sobre a documentação disponível, mas sim que a representação desse trabalho não é um elemento constitutivo da sua escrita ensaística. O livro se apresenta ao leitor praticamente “limpo” das atividades críticas que normalmente são indicadas, por exemplo, pelo recurso constante às notas. Uma leitura, mesmo que desatenta, consegue perceber que a maior parte das 55 notas de rodapé inseridas na edição de 1936 remetem a discussões conceituais ou à bibliografia secundária que deu suporte ao autor (o mesmo valendo para as seis notas colocadas ao final do volume), apenas poucas notas indicando as fontes e a documentação utilizadas para a pesquisa. O ensaio histórico não parecia fazer muitas concessões à erudição, e isso não era uma singularidade apenas de *Raízes do Brasil*, embora tenha sido algo que se modificou na própria obra do historiador.

É conhecida a mudança de perspectiva realizada por Sérgio Buarque, sobretudo a partir da década de 1950, momento em que defendeu sua tese de cátedra na Universidade de São Paulo (USP), onde passou a lecionar História da Civilização Brasileira. O texto intitulado “O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos”, publicado no *Correio da Manhã*, em 1951, é bastante significativo disso, pois a própria relação entre “erudição” e “especulação” (termos utilizados pelo autor) é sinalizada logo no início, a partir de Capistrano de Abreu. Ali, discorrendo sobre os “ensaios de investigação e interpretação social” produzidos desde o final do século XIX e até a década de 1930, situa-os “ao lado dos estudos estritamente históricos” e mesmo na “periferia” desses estudos.

Estamos já em outro regime historiográfico, no qual os contornos estabelecendo as diferenças entre ensaio histórico e historiografia acadêmica são cada vez mais nítidos. *Visão do paraíso*, livro resultante da tese universitária defendida por Sérgio Buarque, indica claramente essa alteração pela qual aquele deslocamento da erudição operado na tradição ensaística cede terreno a um cuidado mais específico com a crítica do material empírico. Sinal disso é o texto publicado por Sérgio Buarque n’*O Estado de S. Paulo*, em 17 de junho de 1973, quando questões terminológicas e de uso das fontes – minúcias eruditas, poderia se dizer – foram levantadas pelo historiador catedrático, sob o polêmico título “Sobre uma doença infantil da historiografia”.

O trajeto aqui percorrido entre o *Ensaio* de 1836 escrito por Gonçalves de Magalhães e o ensaio publicado por Sérgio Buarque de Holanda em 1936 procurou mapear as condições de emergência do ensaísmo de interpretação histórica no Brasil, levando em consideração as tensões mantidas entre a intenção erudita que constitui a investigação historiográfica e o caráter sintético almejado para as narrativas sobre o passado. Se o ensaio não equivalia mais ao modelo exposto pela história geral, ele tampouco responderá plenamente aos requisitos colocados a partir de então para a tese universitária. Da história filosófica à síntese sociológica, o trajeto nem sempre foi linear ou seguido por uma causalidade mecânica. De todo modo, ele parece corroborar o processo que, a partir do final do século XIX, passa cada vez mais a aproximar a história das ciências sociais, como não poucos autores já destacaram. Trata-se, no entanto, como lembrado por Momigliano, de um processo cuja historicidade remonta às relações entre erudição, antiquariato, filosofia e sociologia, para o qual a tradição ensaística brasileira ofereceu elementos bastante singulares e próprios.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.) *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015.
- AVELINO FILHO, George. As raízes de *Raízes do Brasil*. *Novos Estudos CEBRAP*, n.18, 1987.
- BARBOSA, Januário da C. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz S. (Org.) *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2010.

- BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social*, São Paulo: Revista de Sociologia da USP, v.22, n.1, 2010.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a1945. In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- EULALIO, Alexandre. Antes de tudo, escritor. In: HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. Ed. comemorativa de 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FREYRE, Gilberto. Documentos brasileiros. In: HOLLANDA, Sergio B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livr. J. Olympio, 1936.
- HOLANDA, Sérgio B. de. O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos. In: MONTEIRO, Pedro M.; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2008.
- _____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livr. J. Olympio, 1936.
- _____. Sobre uma doença infantil da historiografia. In: COSTA Marcos (Org.) *Para uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- IHGB. Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz S. (Org.) *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2010.
- KOSSELCK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de história. In: _____. et al. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LESSA, Pedro. Reflexões sobre o conceito da história. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.) *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015.
- MAGALHÃES, Domingos José G. de. Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil. *Revista Nitheroy*, n.1, 1836.
- MARTIUS, Karl F. Ph. von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz S. (Org.) *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2010.
- MATOS, Raimundo José da C. Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz S. (Org.) *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2010.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Gibbon's contribution to historical method. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 2, H. 4, 1954.
- MONTEIRO, Pedro M. Sergio Buarque de Holanda e as palavras: uma polêmica. *Lua Nova*, n.48, 1999.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.
- OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Americana*, tomo III, fasc. I (abril), anno I, n.7. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1910a.
- _____. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Americana*, tomo III, fasc. II (maio), anno I, n.8. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1910b.

- ROCHA POMBO, Francisco José da. A concepção moderna da história. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.) *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015.
- ROMERO, Silvio. *Historia da literatura brasileira*. Tomo primeiro (1500-1830). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888.
- _____. Da interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.) *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Historia geral do Brazil, isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*, por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba. Tomo primeiro. MLCCCLIV, 1854.
- _____. *Historia geral do Brazil, isto é do seu descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independencia e do imperio, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II*, por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba. Tomo segundo. MLCCCLVII, 1857.
- VIANNA, Francisco José de O. O valor pragmático do estudo do passado. In: NICOLAZZI, Fernando (Org.) *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República, c. 1870-1940*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2015.
- WEGNER, Robert. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. Ed. comemorativa de 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NOTA

¹ Por questões de espaço definidas nas normas editoriais, todas as citações contidas no texto foram retiradas, restando apenas menções aos termos encontrados nas fontes que seguem entre aspas. Pela mesma razão, parte fundamental das referências bibliográficas que subsidiou meus argumentos foi suprimida, mas deixo aqui o reconhecimento de débito que mantenho com os trabalhos de ALBUQUERQUE JR., Durval M. de; ARAUJO, Valdeí L. de; BOTELHO, André; CEZAR, Temístocles; DETONI, Piero; FRANZINI, Fábio; GOMES, Angela de C.; GONTIJO, Rebeca; HRUBY, Hugo; NICODEMO, Thiago L.; OLIVEIRA, Maria da Glória de; PEREIRA, Mateus H. de F.; SANTOS, Pedro A. C. dos; RANGEL, Marcelo; RODRIGUES, Henrique E.; SANCHES, Dalton; TURIN, Rodrigo.

Artigo recebido em 28 de junho de 2016. Aprovado em 26 de agosto de 2016.